

**ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007**

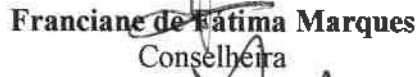
Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e sete, na sala de reuniões da CGA - Rua Boa Vista, nº 103, 7º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhor 3º Subdefensor Público Geral do Estado, Antonio José Maffezoli Leite. Presentes os (as) Conselheiros (as) Carlos Henrique Acirón Loureiro, Franciane de Fátima Marques, Noadir Marques da Silva Junior, Vitore André Zílio Maximiano, Carlos Weis, Wagner Giron de La Torre e Willian Fernandes. Ausentes, justificadamente, Victor Hugo Albernaz Junior, Daniela Sollberger Cembranelli e Roque Jerônimo de Andrade. Deu-se início aos trabalhos às 09h30min. Instalada a sessão, o Presidente sugeriu inversão à ordem dos trabalhos para iniciar o momento aberto. Aprovado. Abriu a palavra aos inscritos. Dona Helena, da Associação que cuida da discriminação contra GLBTT, relatou caso de discriminação que a delegacia não atendeu dizendo que não era caso de ocorrência. Informou que nem toda população sabe da existência de ONG'S. Informou que o caso está com Dra. Margareth, que vêm acompanhando caso de agressões por parte dos "skin heads". Informou que só a delegacia de combate, não tem como fazer tudo devido a demanda. Dra. Mônica de Melo prestou informações sobre a discussão para atuação da defensoria no que diz respeito a homossexuais carentes. Informou que a atuação seria em forma de plantão. Esclareceu que o projeto está adiantado e em breve será assinado com a Secretaria de Justiça. Dr. Wagner falou de atuação no núcleo de direitos humanos. Sugeriu que alguns temas não precisem ser tratados por setor específico para não aguardar a criação de um núcleo específico. O Presidente desta sessão informou que a defensoria está aberta pra isso. O Conselheiro Willian questionou a respeito da fita que foi solicitada de gravações feitas. Citou agressão a uma profissional do sexo que foi gravada. Informou que o setor de segurança não libera a fita. Agradeceu a presença de Helena. Falou da necessidade da defensoria pública criar órgão para acompanhar processos legislativos. Encaminhou moção para solicitar ao senado a aprovação de lei que incluía no tipo penal a discriminação contra GLBTT. A Conselheira Daniela sugeriu que ela e o Dr. Davi Depiné façam o acompanhamento da aprovação deste projeto de lei em Brasília. Solicitou o acompanhamento da data. Quanto a moção, Dr. Antonio manifestou-se favorável, mas solicitou informações precisas com relação ao projeto. O Presidente encaminhou para discussão. Aprovada Moção. A Conselheira Franciane relatou denúncias sobre a carceragem do Fórum e colocou-se à disposição para intervir por ser coordenadora da VEC CAPITAL. O Conselheiro Noadir falou das garantias e direitos do ser humano. Colocou-se à disposição na Regional de Campinas. Sugeriu que esta discussão seja colocada na nossa pauta de atuação. O Conselheiro Roque informou que no fórum criminal há muito problema de discriminação com travestis. Solicitou instrução à Associação de como agir com relação a isso, já que eles mesmo, por vergonha se discriminam. Dra Mônica questionou se a defensoria Pública teve acesso a essas associações. O Conselheiro Antonio sugeriu que façam officio à Defensora Pública-Geral. Dr. Davi Depiné, Presidente da Apadep, que agradeceu Dr. Willian iniciativa de trazer associações da sociedade civil para as sessões do Conselho Superior. Sobre a Pec, informou que vai ser dada como prioridade no Governo Federal. Esclareceu que a única coisa que pode atrapalhar a votação é a reforma política. Informou que consta no final da pauta e que a idéia solicitar uma inversão. Informou reunião marcada para o dia 10 de julho com

assessoria e não do curso de adaptação. A Conselheira Franciane reforçou sua preocupação com os plantões da criminal. O Conselheiro Victor Hugo sugeriu à EDEPE que o curso seja feito de uma forma menos intensiva, menos cansativa. Que deve ter um formato mais enxuto e na seqüência, assim que os novos assumam suas bancas, deve haver uma seqüência semanal para complementação. Informou que há dos os novos que nunca haviam advogado antes. Sugeriu atenção para isso no próximo curso preparatório. Sugeriu que a banca seja adequada aos poucos. Falou da seriedade de o defensor não comparecer na audiência. Falou que isto deve ser trazido de maneira formal à instituição. Questionou a descentralização da triagem na liberdade está sendo providenciada. Dr Antonio sugeriu que Dr. Danilo traga sua solicitação por escrito ao Conselho Superior. Questionou Dr. João sobre a possibilidade de se organizarem para participar da organização do curso de adaptação. Dr. João respondeu positivamente. Com relação à questão dos subsídios trazida pelo Conselheiro Roque, informou que este problema já foi discutido várias vezes e que levará à Defensora Pública-Geral. Informou que Falou que na última reunião, o entendimento unânime foi pela insistência do nosso projeto inicial. Sobre a descentralização da triagem, Informou que diante da dificuldade humana e material isto foi postergado e que levará a questão à Defensora Pública-Geral. Com relação ao SPP, informou a formação de um grupo de discussão. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros, passou-se a ordem do dia. CSDP n.º 538/07. Interessado: Carlos Weis. Assunto: Regulamentação do encontro anual de Defensores Públicos, no que diz respeito à formulação de teses institucionais. Relatora: Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano. Pedido de vista pelo Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. CSDP n.º 591/07. Interessado: Carlos Weis, Fabiano Brandão Majorana, Flávia D'Urso e Roque Jerônimo Andrade. Assunto: Proposta do Grupo de trabalho criado para estudar questões referentes aos parâmetros mínimos de qualidade, rotinas administrativas, autonomia e independência funcional. Relator: Conselheiro Victor Hugo Albernaz Junior. Pedido de vista pelo Conselheiro Wagner Giron de La Torre. CSDP n.º 592/07. Interessado: Carlos Weis. Assunto: Proposta de edição de Deliberação dispondendo sobre o modo de controle do comparecimento dos Defensores Públicos afastados nos termos da Deliberação CSDP 27/07 e permissão de providências pela Corregedoria-Geral. Relator: Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano. Pedido de vista pelo Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. CSDP n.º 649/07. Interessado: Cláudio Lucio de Lima. Assunto: Pedido de afastamento para participação do XVIII Congresso Nacional de Direito Constitucional. Relator: Conselheiro Carlos Weis. Pedido de vista pelo Conselheiro Antonio José Maffezoli Leite. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Andréa Silva Britto Diretora de Divisão, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, vinte e nove de junho de 2007.

Secretário de Justiça. Esclareceu que a associação vai agir de forma incisiva na questão remuneratória. Dra. Flavia D'Urso prestou informações sobre as atividades da EDEPE. Relatou o primeiro curso de adaptação para os novos colegas. Solicitou que sejam feitas avaliações para o segundo concurso entre ruim, regular e bom. Relatou a classificação da pesquisa feita do primeiro concurso entre os melhores e os piores cursos e expositores. Relatou item por item. Falou sobre o material, que é bastante ilustrativo e que ajudará na formatação do segundo curso. Informou que a prioridade são as questões principiológicas. Dr. João Navarro relatou a avaliação que fez. Prestou informações sobre a atualização do site da EDEPE. Relatou o estudo financeiro para utilizar nos programas do pró-livro e do pró-códigos. Dra Mônica questionou a limitação orçamentária. O Conselheiro Roque questionou o programa pró-software. Dra Flavia esclareceu que não há informação. Informou projeto de inserir cupom fiscal para compra dos livros. Sugeriu que insiram matéria institucional da defensoria pública e não só jurídicas. Informou que proposta está pronta e será entregue à Defensora Pública-Geral. Dra. Amanda Polastro informou dificuldades que enfrentam para receber os processos. Dr. Danilo Kazuo informou problemas que a Unidade de São Miguel Paulista quanto ao acompanhamento dos processos. Informou que não há orientação de como falar nos autos a respeito de quotas e que houve uma punição de meio salário mínimo. Passou-se à manifestação dos Conselheiros. O Conselheiro Wagner informou que estará de férias nas duas próximas sessões. Parabenizou os dois novos colegas por estarem na sessão. Falou que cada regional tem suas peculiaridades. Sugeriu que seja levada em conta que questões de direito público exigem mais atenção de um defensor do que direito de família. Manifestou-se sobre a péssima qualidade de atendimento dos advogados do convênio da OAB. Questionou o andamento do projeto remuneratório. Questionou quais são os métodos da PGE para conseguirem a remuneração e o porque da resposta dos subsídios para a Defensoria Pública. O Presidente esclareceu a justificativa da Unidade Central. O Presidente franqueou a palavra para Dra. Flavia que manifestou-se sobre o processo de padrão mínimo de qualidade. O Conselheiro Wagner informou que vai pedir vista. O Presidente sugeriu que Wagner e Flavia discutam em conjunto. O Conselheiro Roque manifestou-se sobre os empecilhos colocados diante do projeto remuneratório. Solicitou ao Conselho reflexão melhor com relação aos subsídios. O Conselheiro Noadir falou a respeito do engajamento dos defensores e defensoras na questão remuneratória. Parabenizou a Apadep pela atuação. Informou que a Moção aprovada para a Câmara Municipal de Campinas pela atuação na defensoria pública chegará ao Gabinete na próxima semana. Informou a designação do Dr. Francisco Carlos na área da Infância e da Juventude. Informou que este conduziu o tema da justiça restaurativa e o parabenizou. Dra Mônica parabenizou a atuação dos colegas da Unidade de São Miguel Paulista. A Conselheira Daniela manifestou que a entrada dos novos colegas trouxe um grande crescimento para a instituição. Informou aos novos que na PGE nunca foi discutida a questão da Banca. Solicitou mais funcionários em Brasília e informou que está correndo o risco de perder a sala. O Conselheiro Antonio informou os problemas que os colegas do interior em ter cópias de processos para instruir processos. A Conselheira Daniela sugeriu que o Conselho delibere sobre esta estruturação. Discutiram a contratação de estagiários para protocolizar e distribuir processos. Informou que irão receber as revisões criminais. A Conselheira Franciane cumprimentou os novos pela atuação. Que realmente há dificuldades de acompanhamento dos processos. Relatou entrevista da nova defensora Maira na rádio CBN. Falou que os novos vão ajudar no formato do segundo curso de adaptação. Dra Flavia opinou que isto deve ser um trabalho de



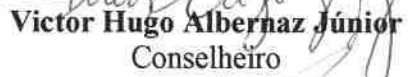
**Cristina Guelfi Gonçalves**  
Presidente



**Franciane de Fatima Marques**  
Conselheira



**Antonio José Maffezoli Leite**  
Conselheiro



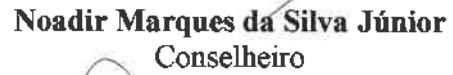
**Victor Hugo Albernaz Júnior**  
Conselheiro



**Willian Fernandes**  
Conselheiro



**Carlos Henrique Aciôn Loureiro**  
Conselheiro



**Noadir Marques da Silva Júnior**  
Conselheiro



**Roque Jerônimo Andrade**  
Conselheiro



**Vitore André Zilio Maximiano**  
Conselheiro